



**CÂMARA MUNICIPAL DE INDIANÓPOLIS**  
**COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO**



**PARECER**

**Projeto de Lei nº 18, de 2025 e Emenda  
Aditiva nº 01, de 2025.**

Dispõe sobre a autorização para contratação de plano de assistência à saúde para os servidores e vereadores da Câmara Municipal, com previsão de coparticipação, com inclusão por emenda aditiva de dependentes e dá outras providências.

**1 - Do Relatório:**

A Comissão de Legislação, Justiça e Redação da Câmara Municipal de Indianópolis/MG, apresenta o presente parecer sobre a legalidade do projeto de Lei nº 18/2025 e a Emenda Aditiva n.01 deste projeto, oriundas desta Casa Legislativa que dispõe sobre a autorização para contratação de plano de assistência à saúde para os servidores e vereadores da Câmara Municipal, assim como para seus dependentes legais, com previsão de coparticipação e dá outras providências.

A proposta objetiva promover melhores condições de saúde e bem-estar a todos os envolvidos nas atividades desta Casa Legislativa, reduzindo afastamentos por motivos de saúde refletindo diretamente na eficiência dos serviços prestados.

Diante da relevância do tema, cabe a esta Comissão emitir parecer quanto à constitucionalidade, legalidade e juridicidade da matéria.



**CÂMARA MUNICIPAL DE INDIANÓPOLIS**  
**COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO**

**2 – Da análise jurídica:**

A análise desta comissão se concentrou na compatibilidade do projeto com a Constituição Federal, a legislação vigente e a técnica legislativa.

A Constituição Federal dispõe em seu artigo 30, inciso I que compete ao Município legislar sobre assuntos de interesse local.

O projeto também encontra amparo legal no art. 196 da Constituição Federal, que dispõe que *“A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação”*, bem como o art. 145 da Lei Orgânica Municipal de Indianópolis que traz a responsabilidade do Estado em garantir acesso a saúde.

Em análise a manifestação do TCE-MG, encontramos em Consulta nº 1.111.041 inclusa a este parecer, decisão favorável a possibilidade de a Câmara Municipal contratar plano de saúde para servidores e vereadores.

A redação do projeto atende às normas da Lei Complementar nº 95/1998, que dispõe sobre a elaboração das leis. Dessa forma, não há óbices quanto à constitucionalidade, legalidade e técnica legislativa da proposta.

Portanto o projeto não incorre em qualquer vedação estabelecida em Constituição Federal ou Lei Orgânica Municipal e encontra arrimo em legislação pertinente.

**3 – Da CONCLUSÃO/Decisão da Comissão:**

Diante do exposto, a Comissão de Legislação, Justiça e Redação manifesta-se favoravelmente à tramitação do Projeto de Lei nº 18/2025 e sua Emenda Aditiva n.º 01, uma vez que atende aos requisitos constitucionais, legais e regimentais.



**CÂMARA MUNICIPAL DE INDIANÓPOLIS**  
**COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO**



É o parecer, SMJ.

Indianópolis/MG, 14 de abril de 2025.

Rafael de Almeida Jacó

Relator/Presidente

Janizio Moacir Vaz de Resende

Vice-presidente

Welbenir Alves Xavier

Membro